

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto do Presidente da República n.º 76/95

de 19 de Outubro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea a), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o embaixador António de Oliveira Pinto da França para o cargo de embaixador de Portugal no Vaticano.

Assinado em 7 de Setembro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Setembro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*. —  
O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*.

### Decreto do Presidente da República n.º 77/95

de 19 de Outubro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea a), da Constituição, o seguinte:

É exonerado, sob proposta do Governo, o embaixador António Augusto de Madeiros Patrício do cargo de embaixador de Portugal no Vaticano.

Assinado em 7 de Setembro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Setembro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*. —  
O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Decreto-Lei n.º 269/95

de 19 de Outubro

Os problemas ligados ao consumo do álcool têm registado nos últimos anos uma regressão em Portugal, a que não é alheio, certamente, o assinalável incremento das medidas de combate ao alcoolismo consignadas na política do Governo para o sector.

A família, a escola e o trabalho nem sempre conseguem debelar o consumo abusivo de substâncias alcoólicas que em alguns dos seus membros se manifesta, do qual, frequentemente, resultam perturbações de natureza física, psíquica e social.

O objectivo de uma progressiva redução do alcoolismo encontra nos actuais centros regionais de alcoologia um instrumento determinante, quer na educação e prevenção do alcoolismo, quer no tratamento e reabilitação daqueles que, por razões de ordem vária, abu-

sam do consumo de bebidas alcoólicas, com prejuízo da saúde pública e da vida e bem-estar, individuais e colectivos.

Reflectindo as mais modernas correntes defendidas em resoluções emanadas da Organização Mundial de Saúde, o Decreto Regulamentar n.º 41/88, de 21 de Novembro, determinou a descentralização dos serviços de prevenção e tratamento do alcoolismo, e a articulação da sua actividade com a das administrações regionais de saúde, hospitais psiquiátricos e demais serviços prestadores de cuidados de psiquiatria e de saúde mental, bem como com a de outros organismos responsáveis pela saúde e bem-estar da comunidade.

Importa agora proceder a uma clarificação integral das competências dos referidos centros, enquadrar o seu funcionamento no âmbito dos serviços prestadores de cuidados de saúde e, bem assim, dotá-los da indispensável estrutura orgânica para o normal desenvolvimento das actividades que lhes estão cometidas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

#### Natureza jurídica e âmbito

1 — Os Centros Regionais de Alcoologia de Lisboa, de Coimbra e do Porto, adiante designados por Centros, são pessoas colectivas públicas dotadas de autonomia administrativa e técnica.

2 — Os Centros exercem a sua actividade com correspondência às regiões de saúde previstas no artigo 4.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, nos termos seguintes:

- a) Centro Regional de Alcoologia de Lisboa, com sede nesta cidade, e referência às regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve;
- b) Centro Regional de Alcoologia de Coimbra, com sede nesta cidade, e referência à região de saúde do Centro;
- c) Centro Regional de Alcoologia do Porto, com sede nesta cidade, e referência à região de saúde do Norte.

#### Artigo 2.º

#### Atribuições

1 — São atribuições dos Centros a prevenção e o tratamento das doenças ligadas ao consumo abusivo de substâncias com teor alcoólico, a reabilitação dos indivíduos, a coordenação de actividades de combate ao alcoolismo e o ensino e investigação na área da alcoologia.

2 — Na prossecução das suas atribuições os Centros articulam-se com as administrações regionais de saúde e com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, institutos de clínica geral e com outras instituições e organismos responsáveis pela saúde e bem-estar da comunidade.

**Artigo 3.º****Competências**

Para a prossecução das suas atribuições, incumbe aos Centros:

- a) Preparar e executar programas de prevenção, de profilaxia e de tratamento no âmbito da alcoologia;
- b) Assegurar o tratamento e a reabilitação dos indivíduos com doenças do foro alcoológico;
- c) Colaborar na garantia de continuidade do tratamento dos doentes do foro alcoológico;
- d) Promover acções de educação e de promoção para a saúde no âmbito da alcoologia;
- e) Coordenar, no âmbito da sua área de intervenção, as actividades de combate ao alcoolismo;
- f) Realizar, por si ou em colaboração com outras entidades, estudos epidemiológicos sobre a alcoologia;
- g) Colaborar na investigação e na formação pré e pós-graduada na área da alcoologia.

**CAPÍTULO II****Organização****SECÇÃO I****Dos órgãos****Artigo 4.º****Órgãos**

São órgãos dos Centros:

- a) O director;
- b) O conselho consultivo.

**SUBSECÇÃO I****Do director****Artigo 5.º****Provimento e exercício de funções**

1 — Os Centros são dirigidos por um director, coadjuvado por um subdirector, equiparados, para todos os efeitos legais, respectivamente, a director de serviços e a chefe de divisão.

2 — O director é designado de entre médicos com preparação especializada na área.

**Artigo 6.º****Competência**

Compete ao director:

- a) Dirigir e coordenar as actividades do Centro;
- b) Promover e presidir às reuniões do conselho consultivo;
- c) Fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- d) Preparar os planos anuais e plurianuais do Centro e os programas relacionados com o combate à alcoologia;

- e) Promover a elaboração do relatório anual de actividades do Centro, a submeter ao Ministro da Saúde;
- f) Submeter a aprovação o projecto de orçamento de funcionamento e investimento do Centro;
- g) Propor a nomeação ou exoneração do subdirector;
- h) Propor ou adaptar as medidas necessárias à melhoria da estrutura e funcionamento dos serviços;
- i) Praticar todos os actos relativos ao recrutamento, selecção e gestão do pessoal;
- j) Assegurar a representação do Centro.

**SUBSECÇÃO II****Do conselho consultivo****Artigo 7.º****Composição**

1 — O conselho consultivo é constituído pelos seguintes elementos:

- a) O director;
- b) O subdirector;
- c) Um médico das carreiras médicas hospitalar ou de clínica geral, com categoria de chefe de serviço;
- d) Um técnico superior das carreiras de saúde dos ramos de psicologia ou de nutrição, com a categoria de assessor principal;
- e) Um técnico superior de serviço social, com a categoria de assessor principal;
- f) Um enfermeiro com a categoria de enfermeiro-chefe;
- g) Três individualidades a designar por despacho do Ministro da Saúde.

2 — O presidente do conselho consultivo é, por inêrência, o director do Centro.

3 — Sempre que se verifique a inexistência de pessoal com as condições exigidas nas alíneas c) a f) do número anterior, pode a designação recair em pessoal da mesma carreira com a categoria imediatamente inferior.

4 — Os membros do conselho consultivo referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 são designados por despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do director do Centro.

**Artigo 8.º****Competência**

Compete ao conselho consultivo:

- a) Pronunciar-se, a solicitação do director, sobre os planos, programas, acções, actividades e estudos promovidos pelo Centro;
- b) Emitir parecer sobre o relatório a que se refere a alínea e) do artigo 6.º;
- c) Propor as medidas que entender adequadas no âmbito do combate às doenças do foro alcoólico;
- d) Pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo director.

## Artigo 9.º

## Funcionamento

O conselho consultivo reúne, ordinariamente, de três em três meses e, extraordinariamente, sempre que para tal convocado pelo seu presidente.

## SECÇÃO II

## Dos serviços

## Artigo 10.º

## Serviços

Para a prossecução das suas atribuições os Centros dispõem de serviços técnicos e de apoio.

## Artigo 11.º

## Serviços técnicos

1 — Os serviços técnicos asseguram a prestação dos cuidados de saúde atribuídos aos Centros nas áreas de prevenção e informação, de consulta externa, de internamento e de reabilitação.

2 — São serviços técnicos:

- a) O serviço de internamento;
- b) O serviço de consulta e profilaxia.

## Artigo 12.º

## Serviços de apoio

1 — A repartição administrativa e financeira assegura o apoio aos Centros nas áreas administrativa, de contabilidade e aprovisionamento, bem como o apoio básico aos equipamentos e instalações.

2 — À repartição administrativa e financeira compete:

- a) Executar todos os actos relativos à administração do pessoal no que concerne, designadamente ao seu recrutamento, selecção, provimento e cessação de funções, bem como ao processamento dos respectivos vencimentos;
- b) Organizar o cadastro de pessoal;
- c) Assegurar os serviços gerais;
- d) Promover a cobrança de receitas e processar as despesas devidamente autorizadas;
- e) Organizar os processos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos Centros;
- f) Gerir o património e velar pela conservação e segurança das instalações, promovendo as reparações necessárias;
- g) Organizar o inventário dos bens móveis;
- h) Proceder à distribuição do equipamento e do material de consumo corrente e gerir as respectivas existências.

3 — A repartição administrativa dispõe das seguintes secções:

- a) A secção de pessoal, expediente e serviços gerais, com a competência compreendida nas alíneas a) a c) do número anterior;

- b) A secção de contabilidade, aprovisionamento e património, com as competências compreendidas nas alíneas d) a h) do número anterior.

## CAPÍTULO III

## Pessoal e financiamento

## Artigo 13.º

## Quadros

1 — Os quadros de pessoal dos Centros são aprovados por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Saúde.

2 — Até à aprovação dos quadros de pessoal referidos no número anterior mantêm-se em vigor as Portarias n.ºs 715/92, de 13 de Julho, 282/93, de 12 de Março, e 490/93, de 8 de Maio.

## Artigo 14.º

## Regime do pessoal

O pessoal dos Centros rege-se pelo regime aplicável aos funcionários e agentes da Administração Pública, com as especialidades constantes da lei aplicável ao pessoal dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde.

## Artigo 15.º

## Financiamento

Os Centros são financiados por verbas do Serviço Nacional de Saúde.

## CAPÍTULO V

## Disposições finais

## Artigo 16.º

## Regulamento interno

A estrutura e as regras de funcionamento interno dos Centros são objecto de regulamento interno submetido pelo director a homologação do Ministro da Saúde.

## Artigo 17.º

## Norma revogatória

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 41/88, de 21 de Novembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 24 de Agosto de 1995. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Eduardo de Almeida Catroga* — *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*.

Promulgado em 3 de Outubro de 1995.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 6 de Outubro de 1995.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

